

A guerreira e os dragões da maldade

DAIZY STEPANSKY*

Se as práticas ilícitas e a corrupção na administração pública brasileira são tão antigas quanto nossa história, o que os últimos escândalos apresentaram de novo? Um novo personagem apresentou-se ao público e surpreendeu com o seu desempenho. Alterou o texto que lhe fora atribuído, subverteu a narrativa, confundiu os atores principais, disputou e venceu o domínio de cena. Quando sai do espaço privado para o espaço público, a mulher entra num jogo com regras já estabelecidas, com cartas marcadas e com estruturas de poder definidas por anos de autoritarismo e patriarcalismo.

Numa história marcada pela escravidão, pela cidadania retardatária, com classes sociais demarcadas por distâncias socioeconômicas e por privilégios quase estamentais, é extremamente árduo o caminho da conquista e da ampliação de direitos, da afirmação pessoal e profissional. Nesse contexto, o confronto entre "uma simples funcionária e dois senadores da República", na determinação da verdade a partir de versões divergentes, afigura-se como insólito, improvável, com um final previsível. Como são previsíveis todos os finais em que se enfrentam segmentos de forças tão desiguais.

A história vivida por Regina Célia Peres Borges tornou-se bastante conhecida com a montagem pela imprensa do quebra-cabeças de denúncias que tangenciam alguns dos inúmeros escândalos dos donos do poder. Funcionária pública qualificada, recebeu uma ordem que contrariava sua consciência, o regulamento funcional e a Constituição Brasileira: "Ele disse que o presidente precisava daquela relação. Me senti numa situação de não poder dizer não", em suas palavras, de acordo com o **Jornal do Brasil**. E em mais um exemplo da nossa cultura política que personaliza o poder e fragiliza as instituições: "Dependendo da autoridade, um pedido soa como ordem". E Regina Célia cumpriu a ordem, apesar de contrariar princípios e instituições.

Cumpriu ordens oriundas de poder pessoal para satisfazer interesses privados. Não questionou os donos do poder. Não se valeu de sua estabilidade de funcionária pública para negar-se a uma ação que sabia incorreta. Por quê? É o tradicional poder masculino e de classe presente nas instituições que deveriam ser modernas e burocráticas? Em acordos e desacordos, os senadores valeram-se de avaliações técnicas, um primeiro funcionário contou o que sabia, e Regina Célia viu-se jogada sob os holofotes e microfones. Assumiu então a responsabilidade pelos atos da equipe que coordenara e narrou, passo a passo, as ações decorrentes das ordens que recebera para produzir a famosa lista com os votos dos senadores, todos muito honrados.

Para a opinião pública, Regina Célia foi crescendo em confiabilidade e coragem. A mesma coragem que lhe faltara para negar-se à primeira investida do poder, agora lhe sobra. A angústia das primeiras exposições dá lugar à quase serenidade. Milhões de pessoas parecem se identificar com ela: o país, quase inteiro, que foi complacente ou cúmplice por tantos séculos com os desmandos e com a corrupção da elite, parece vingar-se com o relato que desvenda a prepotência e a mentira. A figura de Regina Célia cresceu ao longo deste período de pressões e de exposição. Imagino que se surpreenda com tantos admiradores.

É uma heroína? Ou apenas uma mulher que, denunciando o autoritarismo que a transformara em vítima, encontrou o caminho da dignidade, da paz e da cidadania? Imagino que ela deva ter se surpreendido com a fragilidade dos poderosos diante das câmeras e dos milhões de olhos que enxergaram a nudez dos reis do Planalto. Gostaria de dizer-lhe que ela contribuiu para desvendar a presença do antigo e masculino caciquismo brasileiro, que confunde o privado e o público, "razões de Estado" e razões pessoais. Com seus relatos, denunciou o poder que subverte a verdade, que esconde a história e divulga as versões oficiais na defesa de privilégios.

Diante do vazio ético das práticas políticas brasileiras a mulher tem sido lançada como um antídoto contra a corrupção e a ineficiência de séculos de desmandos: uma corregedora ungida pela Presidência da República, ministra no Superior Tribunal Federal, delegadas de polícia, promotoras, juízas etc. Lutas femininas antigas pelo acesso de mulheres qualificadas às instituições brasileiras podem estar legitimando fictícias intenções de mudanças. Se as estruturas de poder não se alteram, se a elite governamental reforma apenas seu discurso, a participação feminina terá limites político-ideológicos demarcados pelas mesmas forças que hoje alimentam as críticas. Ou é a antiga estratégia conservadora de mudar para deixar tudo como está? Tão assustadoras quanto as fogueiras que no passado queimaram as bruxas podem ser as instituições que no presente queimam as idéias revolucionárias das bruxas modernas, pasteurizando-as a serviço da conservação.

Mas há uma expectativa nacional de que algo de novo aconteça. A participação da mulher está associada ao novo. Regina Célia, essa heroína humanizada pela angústia e aproximada pela exposição da mídia, aparece como um símbolo das possibilidades de crescimento diante do arbítrio: da obediência sofrida à negação do desmando. Do silêncio cúmplice à coragem da denúncia. E quem sabe, mais tarde, à fala propositiva? Os primeiros passos já foram dados. Quem sabe se muda a peça encenada? Mudam-se os atores, e se reescreve a história, mais feminina e mais justa, com instituições mais fortes que o "jeitinho brasileiro", com a Justiça mais poderosa que os caciques?

*Socióloga, doutora em Comunicação, professora da UFF